



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 76ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 07 de novembro de 2016, com início às nove horas e cinquenta minutos sob a presidência do vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta à sessão e solicito ao senhor secretário que faça a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Ofício nº 15/2016/MR/SDD do gabinete do vereador Marcos Rios, informando licença por 30 dias. Ofício GAB nº 365/2016 do Executivo Municipal, requerendo o arquivamento do Projeto de lei nº 97/2016. Ofício GAB nº 339/2016 do Executivo Municipal, requerendo arquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 02/2016. Projeto de Lei Complementar nº 3/2016. Substitutivo nº 1/2016 ao Projeto de lei nº 2/2016. Ofício SEAJUR/ATL nº 309/2016, em resposta ao Requerimento nº 348/2016 do vereador Professor Paulino. Ofício SEAJUR/ATL nº 308/2016, em resposta ao Requerimento nº 344/2016 do vereador Pedro Martendal. Ofício SEAJUR/ATL nº 310/2016, em resposta ao Requerimento nº 358/2016 dos vereadores: João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta e Walmir Severgnini. Ofício SEAJUR/ATL nº 303/2016, em resposta ao Requerimento nº 349/2016 do vereador Pedro Martendal. Ofício SEAJUR/ATL nº 306/2016, em resposta ao Requerimento nº 346/2016 do vereador João Paulo de Lima. Projeto de lei nº 99/2016. Inscritos para o pronunciamento do grande expediente os vereadores: Fernando Winter, Romulo Quintino e João Paulo de Lima. – Presidente: Finda está a matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:** – Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (Não houve). **ORDEM DO DIA:** - Presidente: Em única discussão e votação, o veto total ao Projeto de lei nº 42/2016 que institui as avaliações periódicas semestrais dos prédios escolares e centros municipais de educação infantil da rede municipal de ensino de Cascavel e dá outras providências, de autoria do vereador Rui Capelão. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Esse Projeto, fizemos uma avaliação durante o tempo que estive na Comissão de Educação desta Casa, inclusive durante o tempo em que participei também do FUNDEB, onde se via também muita convivência da Secretaria de Educação com as nossas escolas e Cmei's. Muitas vezes, as professoras não eram ouvidas, a direção da escola não era ouvida e o conselho de pais que às vezes lutava por melhorias na escola também, não tinha sentido aquilo que faziam e então, fizemos um Projeto tentando uma melhoria, neste sentido. Durante o tempo que trabalhei na Copel, fiz muitas inspeções e isso se fazia a bem da administração da empresa, assim como esse Projeto também, viria ao bem da Administração municipal. Lamentavelmente, sabíamos que isso poderia acontecer. Todo aquele que assume uma direção tem que



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ser responsável por essa administração, então tem que fazer o que a área pede. As direções dos colégios, juntamente com o conselho de pais precisam ser ouvidas quando têm dificuldades dentro das escolas. Temos visto a escola caindo, rachada, cheia de goteiras, diversas irregularidades. Culpar as diretoras ou conselho de pais não se pode culpar; porque todo contato era feito de forma verbal e dessa forma, não é feito de forma oficial. O que se procura é que seja feito de forma oficial. Passa-se um documento, informando a situação momentânea da escola e pede-se as providências e dessa forma, faz oficialmente. Não sou responsável pela situação da minha escola, enquanto for feito informalmente e ninguém vai ter compromisso com aquele trabalho. Eu até tinha colocado 2 meses neste contato feito oficialmente, mas esta Casa resolveu fazer 6 meses. Acho que uma goteira, um telhado que precisa ser consertado e diversas situações, é preciso fazer de imediato e por isso: 2 meses seria o máximo. Mas como foi feita uma Emenda e esta Casa aceitou de 6 meses: passou a Emenda e ficou pra o prazo de 6 meses este relatório. Não acredito que as escolas teriam dificuldade pra fazer esse encaminhamento: uma planilha simples e que pode ser elaborada pela própria Secretaria. Quantas escolas, vimos que estavam sendo entregues com uma série de falhas na construção e que precisavam ser corrigidas; mas estava naquele momento sendo colocado à disposição pra ser usado por professores e crianças. Portanto, neste Projeto cobramos medidas que valorizariam a administração da escola em receber uma escola em condições técnicas normais pra o trabalho. No artigo 6º, colocamos lá: que é exatamente pra resolver questões e pormenores. Nós deixamos claro que, o Executivo deveria regulamentar o Projeto. Será que o Executivo não tem competência pra regulamentar um Projeto de tamanha importância, dentro da área da educação? Assim são todos os outros Projetos que deveriam ter sido regulamentados e que foram encaminhados por esta Casa e até hoje, não foi tomada nenhuma decisão pra que o Projeto tivesse andamento, tivesse o efeito legal dentro do serviço público. Lamento o veto! Não me traz prejuízo, mas traz prejuízo à sociedade e aos próprios colégios. Sinto-me honrado em fazer minha obrigação nesta Casa; mas com a visão dos senhores que respeito, eu deixo aos senhores que tomem a decisão que quiserem tomar e esta é minha colocação. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Quando este Projeto veio, fui favorável e a Emenda também. E vejo que a justificativa do veto... lógico que isso não devia nem passar por lei, porque é obrigação do Poder Público; mas quando ele não cumpre cabe a esta Casa ampliar essa obrigação, que é colocando uma legislação e dizer: se você não cumprir, você vai responder 2 vezes e uma, por não tomar as providências da sua própria competência e a outra, por descumprir uma lei que está colocada por esta Casa ao órgão que deveria se responsabilizar por essas questões. Digo isso, porque na justificativa no veto: não tem pessoal suficiente pra fazer isso. E se eles não conseguirem fazer um formulário pra responder esse Projeto, dá pra contratar alguém pra fazer um formulário para equipe da Secretaria de Educação e pra ela ter em mãos. Dá pra contratar uma equipe especial, pra fazer um formulário porque tem 4



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

engenheiros da equipe de obras disponíveis pra Secretaria de Educação e dividindo pelos 111 prédios que tem da Educação dá 1,1 Projeto por dia, pra eles preencherem um formulário se trabalharem 5 dias por semana ou 20 dias por mês. Então, se ficar uma semana concentrado em preencher esses relatórios é possível ele ter tempo de fazer. Digo isso, porque há uma ineficiência muito grande por parte da equipe que trabalha lá; e isso acaba respingando na Administração pública, porque não se faz a obrigação de cada um. Desde 2013, na Escola Nicanor Shumacher tem necessidade de fazer uma acessibilidade e, é só fazer uma rampa. Levei o secretário de Educação em 2013 lá, e até hoje sem providência nenhuma. Foram feitos diversos documentos e não se toma providências; então é preciso responsabilizar duplamente se não for pra cumprir aquilo que é obrigação da Secretaria de trazer talvez, ao conhecimento do gestor os problemas que ocorrem nas estruturas. Não vejo problema de a escola fazer, juntamente com a equipe da Educação um relatório semestral, simplificado. Não é um relatório complexo. Se não pudermos apontar que há um esgoto, cobertura, acessibilidade... é pra isso que entendi que serve esse Projeto. Este Projeto é pra somar: uma melhoria pra garantir os espaços da educação, principalmente onde tem crianças e que pode ocorrer acidentes e evitar esse tipo de problema. E este Projeto vem contribuir com a própria Administração pública: sou contrário ao veto e peço também, aos demais colegas voto contrário ao veto. Com todo respeito a quem elaborou o veto, o Executivo; mas entendo que temos que tomar essa posição nesta Casa, pra melhorar a situação dos prédios públicos, principalmente da educação. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Quero parabenizar o senhor por este Projeto. Fui um dos poucos vereadores que votou contra. O Projeto é importante, interessante e necessário, mas eu, na posição de professor que sou... nós não estamos habilitados pra fazer este tipo de relatório. Entendo que os diretores de escola... não sei se vocês sabem, estamos num período eleitoral pra diretor de escola e Cmei, a gestão democrática e na rede municipal temos 4 unidades escolares que, não tem nenhum candidato. O município, através da Secretaria de Educação terá que nomeá-los, de tanta responsabilidade que tem um diretor na escola e aí mais uma atribuição pra o diretor de escola? O diretor de escola junto com a APPS, com o Conselho Escolar, já faz esse papel. Nenhum diretor de escola deixa de comunicar à Secretaria de Educação as suas necessidades: seja do telhado com problema, piso, reforma, ginásio sem cobertura.... E aliás, comunica mais de uma vez em 6 meses, todo mês se for preciso. Isso cabe à equipe técnica da Secretaria de Educação e tem que ser um profissional qualificado. Jogar mais uma responsabilidade pra o diretor de escola; fica difícil. Entendo que não é uma atribuição do diretor da escola, é uma responsabilidade técnica; então que os engenheiros do município façam esse relatório. Temos escolas em Cascavel que precisam ser demolidas, não têm condições de atender mais alunos. Uma delas é a Kelly Trucani, a outra o Maria Teresa e a outra, é uma do Floresta; tem dinheiro pra tudo isso? Ficará pra o próximo prefeito resolver. As escolas do município têm que passar por manutenção permanente. Votei contra o



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Projeto e votarei a favor do veto, não vamos transferir responsabilidade pra os diretores e professores das escolas. Precisamos melhorar o IDEB do município. Precisamos investir em nossos professores e servidores e não, transferir mais responsabilidade. A intenção é importante, mas o resultado não pode ser para o professor. Não vamos deixar pra os diretores de escola, porque o diretor, quando coloca o nome, ganha uma gratificação de 25% do salário e assume todas as responsabilidades de gestão administrativa, financeira, de recursos humanos e toda questão da gestão democrática, com os Conselhos Escolares... E então precisamos dar um suporte, mas não transferir responsabilidade. Meu voto será favorável ao veto. Muito obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Cada vez mais o tempo passa aqui e me assusto com as pessoas que estão no serviço público. Sou servidor público há 20 e tenho vergonha, quando alguém diz que: o diretor não tem responsabilidade pra fazer as denúncias do colégio que está em pedaços. Isso não existe! Se você for ao Marista, o diretor do Marista é responsável pela manutenção do Marista. Se você for à Prefeitura e disser que: tem 2 engenheiros, arquitetos não sei o que... não consegue ter... olha como estamos atrasados. Vai mudar o prefeito. Se tivéssemos a estrutura na mão pra passar o comando pra outra Administração seria a coisa mais fácil, dizer: olha, a escola do Floresta precisa disso, a do Cascavel Velho precisa daquilo. Tem uma ave que coloca a cabeça na areia pra não ver o que está fora e é melhor não saber porcaria nenhuma: as escolas estão bem, não tem telha quebrada, está tudo bem. Por que essa vadiagem que está na prefeitura e que tem preguiça de fazer um levantamento nas escolas... pra quê ter engenheiro na Secretaria de Educação? Manda embora. Pra que eletricitista, se não é pra ver as estruturas das escolas, Cmei's? Então manda embora este povo. Dois engenheiros, um eletricitista e mais arquiteto pra cuidar de 100 obras; dividido por 4, 5 pessoas a cada 20 dias dá pra passar em uma escola. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Rui Capelão: Gostaria de colocar que não há nada técnico que nós pedimos no Projeto, por isso colocamos que é um relatório simplificado. Não precisa engenheiro ir lá pra dizer que tem uma rachadura na parede, que a cobertura está furada, que tem uma árvore que está sujeita cair em cima do prédio e então, não é nada técnico. Claro que a Secretaria, a escola vai passar as informações pra Secretaria e a Secretaria deveria mandar o engenheiro ou alguém pra ver a situação e, se precisar alguém técnico pra resolver. Não tem nada técnico aí! São tudo formas grosseiras de se combater um determinado Projeto importante. Acho que tira a responsabilidade das diretoras e não traz mais responsabilidade; porque ela vai fazer isso oficialmente e passar pra Secretaria, que tem a obrigação de resolver. Ela já cumpriu com a obrigação dela de diretora, então ela não é conivente. Conivente é quem deixou de tomar as medidas. Isso leva as diretoras a não quererem mais a direção de escola, porque elas não são ouvidas. Elas querem ficar dando aula, porque não se incomodam com a administração. É precário você ver as questões aparecerem dentro da escola, que devem ser resolvidas e o município não resolve. No momento em que ela faz o relatório não é mais responsável e sim, quem recebeu na Secretaria. Duvido que o Luiz Frare, lá no Banestado e como gerente,



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

segurava um pepino na mão. Esse pepino não pode resolver e quem tem que resolver é a direção, lá em cima. Temos que dar força a alguém que está no cargo. As professoras não querem mais ser diretoras, porque não recebem apoio da Secretaria. – Vereador Jorge Bocasanta: O que o Rui Capelão, falou: o diretor vai estar protegido, estamos dando poder pra o diretor mostrar o que está errado na escola e não vamos por mais embaixo do tapete. Vamos por em cima do tapete, pra que possamos daqui a 4, 5, anos, ter uma escola melhor. Voto contrário ao veto. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Rui Capelão, no Projeto original você queria uma verificação bimestral e os vereadores solicitaram: semestral, nas verificações. Nós que fazemos parte da Comissão de Educação, vereador Fernando Winter e Pedro Martendal: nós sabemos quantos encaminhamentos, nós enquanto Comissão fizemos pra Secretaria de Educação. E todas as escolas e Cmei's que chegamos, todas elas têm lá um relatório já que, as diretoras dessas instituições têm feito pra Secretaria: pedidos, ofícios. Infelizmente, em sua absoluta maioria, sem resolução. É triste, porque ao deixar de se consertar uma calçada, tem criança que se machuca: então entendemos que esse Projeto vem dar mais responsabilidade àqueles que devem cuidar dessa estrutura. E estar colocado no portal da Prefeitura, isso facilitará pra o gestor, o secretário, mas não só o secretário pra que a hora que o prefeito quiser, olhar como estão às estruturas das escolas; ele dá uma olhada e é rápido. Agora, se cada vez que eu precisar saber como está uma escola ou Cmei, precisar deslocar uma equipe pra aquela região, aí sim; fica desgastante. Este Projeto vem de forma a facilitar o entendimento, por isso eu lamento o veto do prefeito. E entendo que é fundamental para nós a aprovação deste Projeto, portanto peço voto contrário a esse veto do prefeito. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Respeito e acho que o Projeto tem boa intenção, mas nenhum diretor de escola ou Cmei dessa cidade é irresponsável. Todos mandam documento pra Secretaria de Educação, mandam mensalmente, mas muitas vezes não há resolutividade por parte do município. Não vamos transferir mais responsabilidade ao diretor de escola. Quem tem que resolver isso é o gestor da educação do município de Cascavel. O diretor tem feito isso, e o diretor, em última análise, convoca o conselho escolar pra fazer os encaminhamentos. Os diretores de escola de Cascavel são muito responsáveis, mas infelizmente em quatro unidades escolares, não tem candidato por causa do compromisso que se tem. Depois, é o diretor que fica comprometido, enrolado e respondendo por isso. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Observei duas coisas: primeiro, quem faz o relatório? No Projeto original não fala e, só fala que o diretor vai encaminhar o relatório. Segundo, existe uma determinação através da Lei nº 5.694, onde define que a Secretaria Municipal de Educação já possui uma equipe para fazer justamente essa verificação. Li atentamente o artigo 24 da Lei nº 5.694, onde ela define o sistema de ensino do município. Ali está muito bem escrito, aonde se cria então, o Conselho Municipal de Educação e atribui as tarefas para que sejam feitas então todas essas situações e na hora que precisar, ou seja, não tira o foco do professor ou do



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

diretor. Essa equipe já está preparada para fazer justamente o acompanhamento da situação do prédio da escola, de todas as tarefas: verificação, supervisão, avaliação, credenciamento e inspeção da rede Municipal de Ensino. Isso nas escolas e também, nos Cmei's. Então analisando, nós percebemos duas coisas aqui: quem vai fazer o relatório? O Projeto não diz quem vai fazer o relatório. Vereador Jorge Bocasanta, data vênua, gostaria de dizer que já existe através da Lei nº 5.694, uma equipe responsável para verificação, supervisão, justamente dessas situações e para não tirar o foco do professor; porque o foco do professor é ensinar, conforme falou muito bem o vereador Vanderlei. Não vamos dar mais uma atribuição para esses professores, diretores para fazer esse tipo de coisa e de situação: fazer com que esta equipe que já está formada e conforme a Lei nº 5.694, já está preparada para isso. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Nei H. Haveroth: Até mesmo essa situação e até pra contrariar o Vanderlei e também, a vossa excelência, vereador Cláudio: a partir do momento em que você assume uma direção... o que é a palavra direção, dentro da Administração pública? A pedagogia, a didática que é estabelecida numa escola é um conjunto. Não tem como eu dar uma qualidade de ensino para uma criança, se nós não temos a estrutura física também, e a gestão é colegiada da escola. O diretor não é sozinho. E ele tem uma equipe de coordenadores pra cuidar da parte pedagógica e o diretor além de coordenar a parte pedagógica também, administra a parte física da escola. Essa é a função que a própria pedagogia destina ao educador. Neste sentido, buscando a eficiência do serviço público, que hoje está caótico; nós precisamos amparar e buscar dar essa possibilidade do diretor ajudar com sua equipe a elaborar esse relatório. Eu acho que esse Projeto vai ajudar a Administração. Ele ajuda a ter um relatório complexo e também, de certa forma simplificado: unificando toda a problemática das escolas para fazer um relatório e prestar conta pra Administração pública. É nesse sentido que eu acho que o Projeto contribui. Obrigado! – Vereador Cláudio Gaitero: Nós percebemos que o Projeto não fala em elaborar o relatório. A direção da escola não vai elaborar relatório. Quem é que vai fazer esse relatório? Essa é a grande questão do Projeto. Consultei o diretor legislativo aqui, pra quem sabe fazer uma correção, elaborar “e encaminhar”, mas essa palavra “elaborar” nós não podemos mais colocar no Projeto. Aqui só fala: “encaminhar” o Projeto pra o município. Ficamos de mãos atadas aqui, pra aprovar um Projeto desses; por isso pedimos voto favorável ao veto. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: O vereador foi muito bem didaticamente na sua explanação, sobre a função de diretor e a função realmente é colegiada. Agora, vamos colocar mais uma atribuição ao diretor de escola com esta lei e neste sentido é que defendo que, o diretor já faz isso e nenhum diretor é irresponsável. Nenhum diretor deixa de encaminhar. A direção da escola já tem suas funções e essa será mais uma função que, estamos criando para os diretores de escola sem ouvi-los. Obrigado! (-Um aparte) Pois não! – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Eu queria dar o meu palpite e as razões de eu ser: a favor do veto. Eu acho que nós estamos misturando algumas coisas, na minha visão. Tem coisas grandes e tem pequenos serviços e pelo que a gente viu, nem o grande e nem o pequeno têm a



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vazão necessária da demanda. Eu acho que nós estaríamos avançando bastante, se nós criássemos tipo uma van com 12 técnicos, tipo “faz tudo” de pequenos serviços, desde trocar uma torneira, repor um piso, consertar fechaduras, repor uma porta e coisas desse tipo, que às vezes fica meses. Cai a porta e não aparece um cristão para fixar um parafuso, porque não é minha função e o outro também, não é. Então, talvez se nós criássemos algo desse tipo, seria algo muito mais prático. Serviços grandes precisam de licitação e aí, precisa de técnicos e pessoas especializadas. – Vereador Cláudio Gaitero: Obrigado! (-Um aparte) Pois não! – Vereador Rui Capelão: Só gostaria de dizer que: a questão que o técnico administrativo passou para o senhor, com a questão de elaboração e encaminhamento... e a elaboração pode ser feita até por alunos, por professores, pais. Quem vai definir como diz o Projeto: é a Secretaria. Pode ser feito, não tem problema ou por uma equipe composta por pais, alunos e professores. Quem vai encaminhar é quem tem competência: a direção da escola. – Vereador Cláudio Gaitero: Pra isso está escrito no artigo 24, da lei nº 5.694/2010. Ali diz justamente as tarefas, aonde serão verificadas através de uma equipe. Já existe legislação pra isso e o Projeto é claro: ele só fala “encaminhar” e não fala “elaborar e encaminhar”; então vou votar a favor do veto; em função desse e dos demais argumentos discutidos aqui. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Este Projeto não traz prejuízo nenhum: só lucro. Vamos votar contra esse veto, pra que ele seja colocado nos colégios e os próprios colégios possam mostrar o resultado dele. Como o Rui Capelão falou, vai haver uma unidade em cima desse Projeto: de alunos, professores, diretores, que vão apontar as falhas; então essa unidade vai ter um relatório para o próprio Executivo e pra Câmara de Vereadores que vão estar cientes. E de certa maneira, o próprio colégio, através da diretora, estará explanando as dificuldades do colégio. Não vejo prejuízo nenhum em aprovar este Projeto. Vamos votar contra o veto. Vamos deixar este Projeto ser colocado em prática e vamos ver o resultado dele. Até agora não vejo nenhum problema neste Projeto. Acho que ele vai ser mais produtivo do que trazer prejuízo pra sociedade. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Nei H. Haveroth: Tive conhecimento de um caso concreto, que a direção mandou ofício pra Secretaria: que estava tendo infiltração na laje da escola, mas ela não mandou falando que tinha infiltração, ela mandou pedindo pra substituir o telhado da escola; porque ela achava que o telhado estava todo comprometido por isso, estava tendo infiltração. Na verdade, era uma folha de eternit que estava com um furo, daí entrava água e afetava toda cobertura; mas a partir do momento em que a direção faz um relatório solicitando dizendo: “tem infiltração na laje da escola”, a equipe técnica tem obrigação de ir lá ver o que realmente precisa. Agora, quem não consegue subir no telhado e ver o que está acontecendo, ele vai fazer uma gama de ofício que não chega a lugar nenhum. Aí a Secretaria recebe informação de que precisa fazer a troca do telhado, isso custa muito, vai demorar; mas se fosse analisar a causa da infiltração pela equipe técnica e a partir de uma comunicação centralizada, de uma informação à Secretaria, esse relatório vai contribuir muito pra evitar esses conflitos aí de você receber 50 ofícios de cada escola



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

e de problemas pequenos e na hora de você compilar todas essas informações, fica difícil. Um relatório simplificado seria ótimo pra aperfeiçoar a eficiência ao Poder Público. Obrigado! – Vereador Celso Dal Molin: Inclusive, esse relatório vai trazer autonomia pra o diretor e para o colégio; porque não fica aquela situação que às vezes tem aqueles diretores que ficam inibidos de divulgar algo, que está acontecendo no colégio. Com o relatório, isso não vai acontecer e ele vai fazer o relatório, especificando o que precisa na situação. O município e até a Câmara de Vereadores vão ter ciência do que está acontecendo. No caso da Aníbal Lopes, ia precisar um relatório grande para colocar todos os problemas que tem naquele colégio, que é ciente de todos nós e, não é resolvido. Pelo menos, o diretor diz: "fiz um relatório está aqui e aqui, eu coloquei tudo que está de errado na estrutura desse Colégio." Então este Projeto é bom e tem o meu voto contrário ao veto do prefeito. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Tenhamos claro que as cobranças em relação às reformas, ampliações e melhorias já acontecem e de maneira rotineira. Quem frequenta a rede municipal, quem acompanha a rede municipal sabe que a maioria dos ofícios dirigidos ao Executivo é cobrando: uma calha quebrada, um vidro partido, uma rachadura que apareceu, uma goteira... ou seja, ao contrário de algumas falas desse Plenário, essa não seria uma atividade a mais. Ela já existe e nós estamos dando um poder quase que de lei a estas falas. Nós estamos empoderando essas falas, então ao contrário de transferir responsabilidade: nós estamos empoderando as diretoras e diretores, no sentido de dar responsabilidade a quem tem responsabilidade e, que é o Executivo. Então, não vejo nenhuma atividade a mais do que ela já é feita. O que irá acontecer? Acontecer, no sentido de que essas cobranças ficarão mais evidentes, ficarão mais fortalecidas, devido inclusive ao Projeto de lei. Então, eu não vejo que é uma atividade a mais, os diretores já fazem isso de maneira rotineira; inclusive a maioria dos ofícios que eles mandam para Secretaria é cobrando melhoria do espaço físico. Ou seja, o que nós estamos fazendo é dar alguma legalidade, fortalecer a cobrança que já existe. Por isso, peço um voto contrário ao veto do prefeito. Muito obrigado! – Presidente: Em votação o veto total ao Projeto de lei nº 42/2016. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram contrários, os vereadores: Celso Dal Molin, Fernando Winter, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Rui Capelão, Walmir Severgnini) (Foram favoráveis os vereadores: Jaime Vasatta, Aldonir Cabral, Luiz Frare, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Ganso Sem Limite, Vanderlei Augusto da Silva, Luiz Amélio Burgarelli e Cláudio Gaitero) – Secretário: Com 11 votos contrários e 9 favoráveis, veto prejudicado. – Presidente: Com 11 votos contrários e 9 favoráveis, veto ao Projeto de lei nº 42/2016 prejudicado. Passamos pra primeira discussão e votação do Projeto de lei nº 86/2016 que, dispõe sobre a LDO do exercício de 2017. Em discussão o Projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. - Vereador Nei H. Haveroth: Acho que é importante a discussão de um assunto tão importante, como a LDO. Sabemos que amanhã, votamos as Emendas; mas não poderia deixar passar em



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

branco um dos maiores Projetos que votamos nesta Casa. Passar rapidamente, assim por esta Casa, dada a importância que é esse documento, para que a Administração pública faça aqui a sua gestão. Eu vejo como um passo aqui dentro do rito do processo legislativo e também executivo: este Projeto veio a tempo, não veio de afogadilho, como se falava há tempos atrás, aqui. E ele veio em tempo razoável para análise dos vereadores, para análise de quem quiser colocar suas Emendas e temos tempo ainda, para se aprovado este Projeto hoje, para que se elabore a LOA em cima da aprovação da LDO. É importante que a população saiba da importância também, deste Projeto que passa aqui, para que o orçamento do município seja preparado dentro das ações que esta Casa tem conhecimento. Então, passou pela mão de todos os vereadores: o conhecimento de todas as ações planejadas aqui e que estão contempladas no PPA, para que o município, a Administração pública, possa colocar então, a partir de 2017 em efetivo funcionamento o orçamento do município, atendendo às demandas necessárias às políticas do município. Então, votamos a LDO hoje, e amanhã as Emendas e então, farão uma análise mais detalhada das necessidades das demandas e das demais dos vereadores. Era só para justificar a importância da LDO pra Administração pública, para esta Casa e para toda a população. Obrigado! – Presidente: Continua em discussão. Em votação, o Projeto de lei nº 86/2016 que dispõe sobre a LDO do exercício de 2017. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei nº 86/2016 aprovado em primeira votação, pela totalidade senhores vereadores. Passamos então para a primeira discussão e votação do Projeto de lei nº 88/2016, que dispõe sobre alterações da Lei nº 6.307, de 10 de dezembro de 2013 e dá outras providências; de autoria do Executivo Municipal. Em discussão, o Projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Projeto simples, onde o município atende uma solicitação da Secretaria Estadual de Ensino, através do Núcleo Regional, alterando o número da quadra, aonde tinha sido destinado a um colégio: a quadra nº 7, na realidade é a quadra nº 8, lote nº 1, pra efeito de regularizar uma situação de um colégio que existe na região do Brasmadeira. Um Projeto simples e só pra corrigir; atendendo a Secretaria Estadual de Educação. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Um Projeto simples, mas de extraordinária importância. A saber que, esse colégio do Bramadeira deixou de receber uma cobertura de uma quadra de esportes, por estar com problema na documentação. Não só este colégio, mas tem várias escolas que, seria oportuno que a gente pudesse... seria tão importante que se regularizasse esses terrenos. Ora, é do Estado, ora, é do Município e quando vem recurso do Governo Federal pra essas escolas com as Emendas de parlamentares, enfim sempre tem este problema; então é muito importante que pudesse ser regularizado. Tivemos aí, uma preocupação: nós, da Comissão de Educação pedimos inclusive, informação sobre isso; sobre este tema. A resposta que nós recebemos é que: pra este ano, por ser ano eleitoral, não haveria condições de se fazer essa adequação. Disseram que: essas regularizações de



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

terrenos e tudo mais, só serão possíveis no ano de 2017; então fica aí uma preocupação. Veio aquela informação de que, não poderia fazer essas regularizações. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Nei H. Haveroth: Parabenizar o Executivo por tomar as providências necessárias para regularizar, mas também esperamos não precisar fazer uma lei aqui, para que quem está à frente do Poder Público, seja: estadual, municipal nessa parte tome as providências, também. Há 20 anos se sabe desse problema da regularização das áreas. O nosso corpo jurídico que temos à disposição, que poderia designar alguém da equipe jurídica para tomar e adequar esses problemas e, para evitar essa questão de perca de orçamento e verbas que vêm é para fazer essas ações. É importante regularizar essas áreas. Tem muitas áreas ocupadas em terrenos do Estado por escolas municipais e a do município por escolas estaduais; fazer um pente fino e resolver esta situação para todas as escolas, para melhorar e dar qualidade e continuidade do recebimento do recurso. Obrigado! - Vereador Professor Paulino: Isso mesmo. É de extrema importância que se monte uma equipe técnica pra se resolver esses problemas. Obrigado! – Presidente: Em primeira votação o Projeto de lei nº 88/2016. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei nº 88/2016 aprovado em primeira votação, pela totalidade senhores vereadores. Finda está à matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores, para pronunciamento de interesse público. A primeira inscrição é do vereador Fernando Winter. - Vereador Fernando Winter: Vereador Gugu, poderia melhorar meu tempinho lá que é 10 minutos. – Presidente: Prorroque o tempo para 10 minutos. – Vereador Fernando Winter: Eu gostaria de falar sobre o assunto que está aí na mídia, que é a ocupação. Eu vou passar um vídeo. Eu queria fazer uma breve reflexão, sobre a questão que está acontecendo nos colégios sobre as ocupações. Quantos alunos foram prejudicados neste final de semana e, que não puderam fazer o Enem? Quem vai pagar esse prejuízo? É uma pergunta. Outra: essas manifestações têm ou não têm um viés político? Com certeza tem um viés político sim, porque eu participei de algumas reuniões no Colégio Marilis Pirotelli, onde meu filho é aluno e, eu vi com esses olhos aqui: membros da APP levando marmita para esses alunos. Eu vi com esses olhos, não estou inventando; então tem um viés político ou não tem? Vamos refletir. A maioria nós vamos ver pelo vídeo, esses alunos não sabem o que estão reivindicando. Não sabem o porquê estão ocupando. Falam da PEC 241, onde a PEC 241 não está diminuindo gastos, está apenas limitando gastos. Senhores, vocês dariam um cartão de crédito a um filho irresponsável de 15, 16 anos? É exatamente isso que o governo está fazendo, é colocar limites; assim como a gente coloca limites para os nossos filhos. E a questão dos projetos impopulares que é a questão da Previdência e, que vocês devem concordar comigo que, é um saco sem fundo. E quantos anos estão se empurrando com a barriga esta reforma? Quantos projetos, nós aqui nesse Plenário tivemos que votar, aonde que eram sempre os mesmos rostos, os mesmos bandidinhos aqui que, jogavam moeda em nós: sim ou não? Eram os mesmos. Aonde que, há poucos dias aqui humilharam um vereador que, estava defendendo e, que



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

estava indo contra essas ocupações. Então, aonde que isso é democracia? Para mim, isso não é democracia; é imposição! Gostaria que agora que, a técnica passasse esse pequeno vídeo de 4 minutinhos, e que a gente pudesse prestar atenção. (Exibição do vídeo). Senhores, o vídeo não ficou bem claro; porque teve algumas interferências, mas dá muito para entender que a maioria desses alunos, que para mim não deixa de ser massa de manobra, não deixa de ser de massa de manobra de alguns Partidos de esquerda para tumultuar: tenho certeza disso. Nós estamos vivendo uma crise que há muitos anos não vivíamos e, aonde todos nós deveríamos nos unir para conseguir passar por essa crise. Nós vemos que alguns Partidos, principalmente os de esquerda estão aí, para atrapalhar. E digo mais: vir aqui nesta Câmara gritar palavra de ordem, um após o outro, isto não é democracia. Isso é imposição. Eu não estou dizendo que sou contrário ao debate, é o que nós fazemos aqui. Há quantos anos estamos aqui fazendo debates? E eu acredito que é através do diálogo, do bom senso, que nós vamos chegar a uma conclusão, a uma finalidade. Gostaria de me manifestar contra essas ocupações e acredito que não vai terminar por aí, a coisa vai continuar, mas quero finalizar dizendo a dois vereadores aqui que, eu sei que têm a mesma bandeira que a minha e que vão continuar o ano que vem e, que é o vereador Rômulo e o vereador Celso Dal Molin; gente, os “vermelhos” vão doutrinar nossos filhos, através de uma cultura de morte e que está por aí rodando. Você sabe o que é a cultura de morte, incluindo a ideologia de gêneros. Muito obrigado, senhor presidente. – Presidente: Obrigado, vereador Fernando Winter. Agora vamos ouvir o vereador João Paulo. - Vereador João Paulo de Lima: Eu trago duas situações. Uma é situação boa. A primeira é que estive recebendo juntamente com a Comissão do Seminário São José, a comissão da festa do Seminário São José, o presidente da Abrachus que é a Associação Brasileira de Churrasco, onde no próximo ano, nós, de Cascavel, seremos incluídos no *Guines Book*, o Livro dos Recordes. Porque faltavam algumas documentações e a gente conseguiu ajustar nesse final de semana, onde agora vai ser realmente finalizado isso; então, é uma boa notícia para cidade de Cascavel, uma boa notícia para o Paraná e também para o Brasil; onde Cascavel entrará no livro dos recordes na questão de churrascos do Seminário Diocesano. Vereador Cláudio Gaitero, vossa excelência que a partir de 2017 com certeza vai tocar gaita lá no Seminário. Outra situação que eu queria passar aqui, é que na verdade, nós fizemos um requerimento, eu, o vereador Walmir Severgnini e o vereador Jorge Bocasanta, solicitando algumas informações do Poder Executivo sobre a questão das famílias do Gramado; até porque nós viemos debatendo esse assunto há quase 30 dias depois que, inclusive, algumas famílias ocuparam o local. E nós estamos aí, com uma comissão da nossa comunidade tentando resolver um problema, que não era para a Prefeitura, não era pra Câmara ter assinado uma situação, mas acabaram assinando e agora, tem que ser resolvido. Até porque veio também, um representante que eu vejo ele nos movimentos aqui, um representante do governo que só vai quando é necessário alguém do Partido de esquerda. E hoje tem que se começar a falar, também que, ao vereador Paulo Porto o Serighelli atende; agora, quando liga o



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vereador João Paulo de Lima o Serighelli não atende, e qual é o motivo? Até porque ele é um homem público, vereador Paulo Porto e, estou falando não pela sua pessoa, mas porque eu sei da amizade que vossa excelência tem com ele e, ele tem atendido várias reivindicações de vossa excelência. Eu não estou falando da pessoa do vereador Paulo Porto, eu estou falando da pessoa do Serighelli que não atende ao telefone quando é necessário. Porque assinar aqui um documento lá no juiz é muito fácil, agora cumprir, é mais difícil. O próprio deputado Lemos, veio representar aqui em Cascavel os direitos humanos, mas só vi os direitos humanos das famílias do Gramado e os direitos humanos também, pra que se possa resolver a situação das famílias do bairro Veneza? Porque não é esta a questão: nenhuma família aqui disse que não quer que as famílias do Gramado vão até o bairro Veneza, mas sim que vá com infraestrutura e não um documento que eu recebi aqui. Um documento onde, na verdade, quem assinou nem sabe o que assinou e na Prefeitura de Cascavel, me falaram assim: “é fim de feira.” É fim de feira, mas o compromisso é até o dia 31 de dezembro e então, esse Serighelli se não tem compromisso com o povo de Cascavel, ele também peça demissão do Governo. Porque não adianta pegar e ficar aí só assinando papel e depois, não fazer compromisso. O meu compromisso era tentar ajudar as famílias, mas ajudar as famílias num estado precário? Nós estamos passando lá uma insegurança, porque daqui a pouco vai dar confronto entre as famílias do Veneza e a do Presidente e também do Cascavel Velho, contra as famílias do Gramado por falta de uma inclusão social, simplesmente isso, e por falta de interesse de alguns e não interesse dos outros. Vou ler aqui, inclusive, porque eu fiz esse requerimento junto com o vereador Jorge Bocasanta e com o vereador Walmir Severgnini, e me estranha que o prefeito assinou também. O procurador jurídico assinou, até porque foi uma resposta da Secretária de Finanças do município de Cascavel. A senhora Sônia Klein que é funcionária de carreira por sinal e que considero e respeito, mas: não pode assinar documento sem saber o que está assinando e, inclusive, foi emitido por um estagiário da Secretaria de Finanças. É lamentável o que vou ler: *Conforme solicitado pela CI 5666/2016 sobre o requerimento nº 358, foi solicitado ao CTM resposta ao item 3, assim informamos: foram realizadas buscas no CTM, porém, não foi possível identificar ao certo quais são os dados, lotes e quadras dos atingidos pela invasão. Sabemos que existe essa discussão judicial sobre a área, ao qual o município participou. Procuramos o setor do Minha Casa Minha Vida para obter informações, pois sabemos que existe levantamento de área em épocas anteriores pra nortear o CTM, porém, devido os trabalhos realizados pelo setor junto aos procedimentos para o Projeto Riviera, não conseguimos respostas. Vejo aqui diversas vezes o município de Cascavel pedindo dilação de prazo, pra que possa entregar documentos. O nosso, simplesmente disse que: não tem informações. O que estão fazendo na Secretaria? O que está sendo feito dentro da Secretaria de Finanças que, não sabem informações nem de finanças? Outra coisa: “de conhecimento informal” e o que é de conhecimento informal? Que desrespeito que a Prefeitura está fazendo com a Câmara. “De conhecimento informal”, ou seja, ou fala que é dentro da*



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

legalidade ou fala que não é. “De conhecimento informal” as áreas seriam de titularidade da empresa citada no documento; então, se não colocássemos o nome da empresa no requerimento, nem a Prefeitura saberia. Que brincadeira de mau gosto é essa? E outro detalhe: não querem citar o nome da Transcontinental, porque está devendo pra o município. Pelo que sei, tem vários carnês de IPTU da Transcontinental sem serem pagos, até que se resolva o problema do Gramado; por que estão querendo barrar essa Transcontinental aqui em Cascavel? O que tem a Transcontinental melhor aqui, do quê o seu Zezinho que tem ali a sua casa pequenininha, para pagar o imposto? Esses questionamentos: vou querer que a Prefeitura novamente passe as informações e as desse tipo aqui, não precisa nem mandar pra este vereador, pois se os outros não leem, eu leio e quero informações mais baseadas. Neste sentido aqui diz: quanto às certidões isso fica prejudicado, devido a não identificação de todos os lotes. Mas se a Prefeitura não sabe os lotes ocupados, como cobra IPTU? Daí ficam numa choradeira que não tem recurso pra nada, mas e se a Transcontinental não paga IPTU, será que é só a Transcontinental que não está pagando IPTU na cidade? Vale o meu recado aos senhores secretários do município de Cascavel: porque assinar documento sem ler é coisa de Ministério Público. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Walmir Severgnini: O que me chamou atenção neste requerimento foram às informações que deram e onde não contempla nada do que a gente pediu. Dizendo que essa área é particular; mas o próprio prefeito diz que, a área é pública; tanto que nas cópias dos documentos que a gente tem, onde o município desapropriou essa área, pagou dois milhões e seiscentos. Agora, ela vem dizendo que não pode fornecer documentação porque se trata de uma área pública e de uma ação judicial aonde aquela mulher que estava em cima, entrou aonde a área era particular. Então, não sei quem está mentindo, aqui e se é o município que diz que: a área é pública; ou o procurador que diz que: a área é particular. Chamou-me atenção que eles não sabem nem informar o endereço da área, o número das quadras, números dos lotes. E também, outra: chamou-me também atenção, porque na verdade se o prefeito doou aquela área, doou como? Se não teve aval da Câmara, como é que pode o Poder Público doar uma área sem o aval da Câmara? Eu acredito que não foi doada e se não foi doada: a área é pública. Eu já fiz um requerimento hoje nesta manhã, pedindo se foi doado e por quem e, se não foi doado pedindo a reintegração da posse por parte do órgão competente, que cuida das áreas públicas, que é a ação comunitária. A ação comunitária é um órgão público que cuida das áreas públicas e se não foi doado, então vão requerer de volta e vamos pedir a ação comunitária para fazer essa integração de posse. Obrigado! - Vereador João Paulo de Lima: Lamento: um requerimento que solicitei há uma semana e fiquei até feliz inclusive, porque eu falei: olha, o município está cumprindo com as suas obrigações e mandando rapidamente os requerimentos; mas mandar um requerimento sem fundamentação nenhuma é inadmissível. Por isso, peço ao senhor presidente, inclusive ao vereador Gugu Bueno que possa tomar algumas providências neste sentido, porque o município parece que brinca com esta Câmara. Vereador Walmir, quanto foi mesmo a desapropriação da área? - Vereador



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Walmir Severgnini: No documento que a gente tem: o município desembolsou dois milhões e seiscentos mil. – Vereador João Paulo de Lima: Realmente é lamentável essa situação até porque estamos vendo uma briga judicial, sendo que nem foi resolvida essa questão. Tenho certeza que o departamento de comunicação da Prefeitura está ouvindo esta sessão neste momento e que, eles possam passar aos secretários o quê estamos falando agora: porque se não passar amanhã tem mais documentos que iremos transmitir nesta sessão. Era o que tinha. Muito obrigado! – Presidente: Com a palavra vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Tinha um assunto pra falar, mas vou deixar pra amanhã. Mas não deixando essa oportunidade passar e em tempo, algo muito importante em nome dos nossos amigos que estão aqui hoje: o J. Oliveira, o Maleski, parabenizá-los pelo dia do radialista. Em nome de vocês, ao Júlio César também, o nosso gerente da imprensa, assim como todos os outros que sempre acompanham as sessões: deixar aqui os nossos parabéns a vocês. Sempre reiterando a importância do rádio, a importância do meio de comunicação como um todo, especificamente o rádio que fica tradicionalmente ligado nas casas das pessoas, nos lares. O nosso abraço a todos os profissionais da imprensa, aos radialistas e aos nossos órgãos de comunicação de Cascavel que, fazem um trabalho excepcional. Obrigado! – Presidente: Não havendo mais nenhuma inscrição para o interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às onze horas e dezoito minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo secretário e pelo presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

**GUGU BUENO**

Presidente

**ROMULO QUINTINO**

Secretário